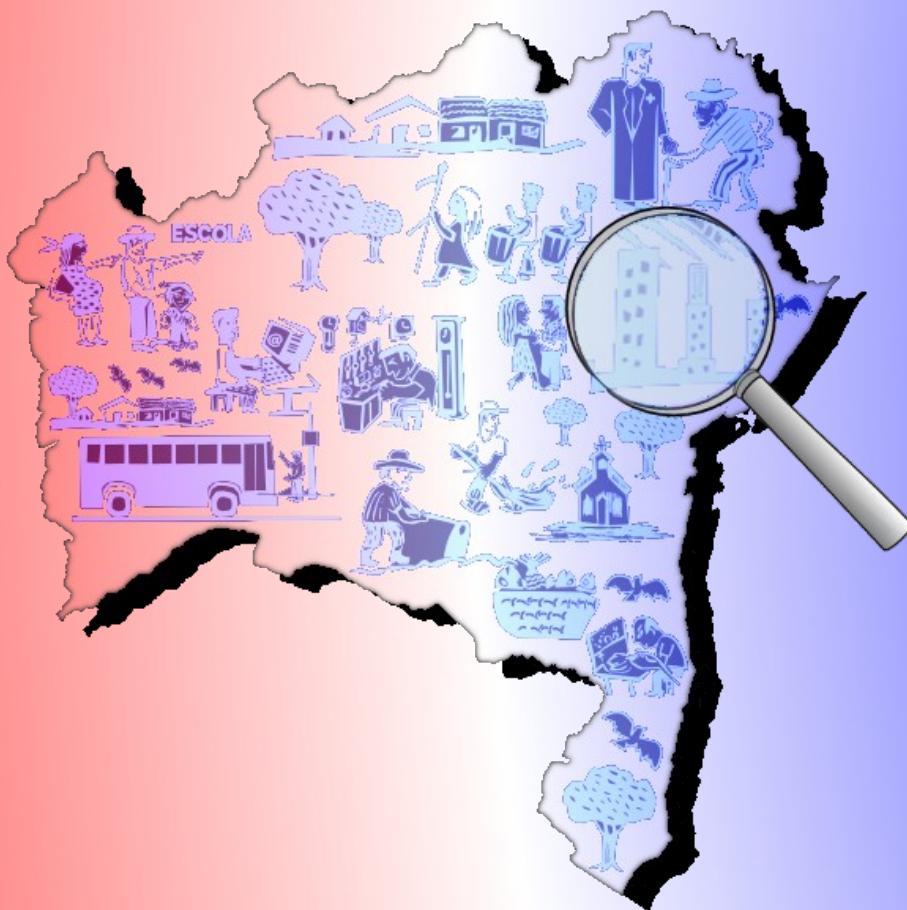


# SUMÁRIO EXECUTIVO

## AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO



## Programa 116 – Vida Melhor

Maio de 2013



MONITORAMENTO  
E AVALIAÇÃO  
DE PROGRAMAS  
DE GOVERNO

SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO

Bahia  
GOVERNO  
TERRA DE TODOS NÓS

# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

## 1. AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

O monitoramento e a avaliação de Programas de Governo tem finalidades bastante precisas: (1) proporcionar aos gestores públicos bases para a tomada de decisões eficazes sobre os mesmos; (2) estabelecer elementos para maior transparência da política pública; (3) desenvolver e melhorar estratégias de intervenção na realidade e gerar aprendizado institucional; e (4) proporcionar tanto aos gestores públicos, como aos diversos setores interessados da sociedade, acesso a informações relevantes quanto a execução da política pública, contribuindo para a efetividade dos gastos públicos e participação social, fortalecendo assim as instituições envolvidas e a própria sociedade.

Os instrumentos do monitoramento e da avaliação são fundamentais para uma gestão orientada para resultados, na medida em que podem – e devem – ser utilizados durante todo o ciclo de gestão, subsidiando desde o planejamento e formulação de uma intervenção, o acompanhamento de sua implementação, os consequentes ajustes a serem adotados, e até as decisões sobre sua manutenção, aperfeiçoamento, ampliação, redirecionamento ou interrupção.

As diferenças entre o monitoramento e a avaliação são basicamente de escopo e tempo. Enquanto o monitoramento é um instrumento de gestão que proporciona o exame contínuo de processos, produtos e resultados das ações públicas realizadas, gerando recomendações de melhorias ao processo de execução, a avaliação tem uma atuação mais profunda e ampla, na medida em que realiza exame detalhado, tendo como agente provocador os dados do monitoramento. A avaliação permite a análise da informação, conteúdo, estrutura, processo e resultados das ações governamentais, possibilitando o aperfeiçoamento da gestão e efetividade da intervenção estatal.

O objetivo deste Sumário Executivo é apresentar os principais resultados oriundos da Avaliação Inicial e do Monitoramento do Programa 116 – Vida Melhor.

A Avaliação Inicial qualifica os parâmetros que permitem aos dirigentes conhecer, opinar, comparar e decidir acerca dos Programas de Governo, possibilitando melhorias substantivas na qualidade do planejamento e execução das ações de política pública. Fundamentada na igualdade de critérios para todos os projetos ou Programas que tenha por objeto, a Avaliação Inicial concentrou-se na análise de aspectos do desenho do Programa (concepção, planejamento e gestão) sem a pretensão de chegar a conclusões sobre os efeitos e os impactos destes nem estabelecer relações de causalidade entre o desempenho das ações e as mudanças nas condições dos seus beneficiários.

Com o objetivo de avaliar o desenho, planejamento e gestão dos Programas do PPA 2012-2015, a metodologia utilizada está alinhada com as melhores práticas nacionais e segue uma tendência internacional de realização de avaliação de Política Pública fomentada inclusive por órgãos de financiamento como o Banco Mundial que visam à efetividade na utilização de seus recursos.

É importante ressaltar que o modelo proposto se aproxima bastante da Avaliação Executiva de Projeto (AEP), por considerar suas dimensões focais e prazo de realização. Esta, também, utiliza os instrumentos metodológicos e de coleta de dados semelhantes, a exemplo da Matriz do Marco Lógico<sup>1</sup> (MML) e Pesquisa de Campo.

# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

Quanto ao Monitoramento, o recorte escolhido permitiu a análise da Execução Financeira do Programa em 2012, a partir dos dados extraídos do Sistema Informatizado de Planejamento (Siplan). Foram analisados os resultados do desempenho financeiro do Programa, de modo a verificar mudanças orçamentárias e a execução financeira, inclusive por Compromisso.

Os principais usuários do monitoramento e da avaliação deste Programa de Governo são: a Seplan, por atribuição regimental, especialmente a SGA; as secretarias da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura; de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; de Desenvolvimento e Integração Regional; de Desenvolvimento Urbano; do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, e da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia, responsáveis por sua execução; e a Casa Civil do governo, por sua atribuição regimental de articulação das políticas públicas.

Neste processo, monitoramento e avaliação se articulam em uma relação de complementaridade. Seus processos se retroalimentam de forma que o primeiro fornece uma visão instantânea da situação do Programa em execução, em que pese sua concepção, desenho e gestão. A avaliação, por sua vez, indica as questões críticas e possíveis soluções a serem monitoradas, viabilizando a ação do gestor no sentido de aperfeiçoar o Programa para obter mais e melhores resultados. A avaliação da concepção do Programa e da qualidade do planejamento aliada às informações do monitoramento fornecem insumos estratégicos para a gestão. Nesse sentido, um melhor controle do gestor, possibilitado por este Sumário Executivo, direciona ao cumprimento das metas além de mais e melhores resultados.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Avaliação Inicial de Programas de Governo, foram utilizados os seguintes recursos metodológicos:

(1) Elaboração de Proposta de Matriz do Marco Lógico; (2) Coleta de informações documentadas; e (3) Realização de Pesquisa de Campo.

A pesquisa de campo combinou abordagens e procedimentos quantitativo e qualitativo. As abordagens quantitativas (Questionário *on-line*), por definição, permitem aferir a magnitude e extensão dos fenômenos, sem, todavia, possibilitar a exploração do seu significado substantivo. Com a utilização dos métodos qualitativos de Grupo Focal e Entrevistas Coletivas, torna-se possível explorar não apenas o comportamento das variáveis e identificar as relações existentes entre elas, mas também examinar os sentidos a elas atribuídos que as tornam significativas e capazes de orientar as ações dos atores. Quanto à amostra, esta foi do tipo não-probabilística, de natureza intencional, definida segundo o critério de envolvimento com a formulação e implementação do Programa selecionado.

No que tange ao Monitoramento, para as análises da execução financeira dos Programas em 2012, foram realizadas coletas de dados referentes aos recursos financeiros: Orçado Inicial (orçamento conforme publicado na LOA), Orçado Atual (valor inicial, acrescido ou deduzido, após as modificações orçamentárias, ao final do exercício), Empenhado (crédito orçamentário formalmente comprometidos com o atendimento de encargos ou compromissos assumidos perante terceiros), Liquidado (valor reconhecido pela administração como devido, após o recebimento do objeto gerador do débito e o exame da documentação pertinente) e Pago (pagamentos feitos aos credores, com base nas despesas liquidadas); por Compromissos e Fonte de

# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

Recursos (origem e natureza dos recursos orçamentários), a eles atreladas, de cada um dos Programas. Estes dados foram extraídos por meio de Pesquisa Dinâmica (levando em consideração os dados referentes à Projetos, Atividades Finalísticas e investimentos de Empresas não Dependentes) do relatório do Siplan e organizados em uma tabela.

Em seguida foi realizada a leitura dos dados da tabela, dividida em duas seções. A primeira seção diz respeito à análise dos resultados gerais do desempenho financeiro do Programa, de modo a verificar mudanças orçamentárias e a execução financeira (utilização dos recursos financeiros, visando quitar as obrigações assumidas, no caso desta análise utilizou-se o valor Pago para os cálculos), inclusive das Fontes de Recursos. A segunda seção trata dos resultados financeiros dos Programas por Compromisso.

## 3. AVALIAÇÃO INICIAL: DESCRIÇÃO DO PROGRAMA E APRESENTAÇÃO DO GRUPO PESQUISADO

O Programa Vida Melhor surgiu com o intuito de integrar a população em situação de pobreza extrema ao mundo do trabalho e à esfera da cidadania, indo além da distribuição pecuniária para este público-alvo, realizada pelo Programa Bolsa Família. Sua ementa – “Incluir produtivamente, de forma sustentável e digna, o maior número de pessoas em situação de pobreza e com potencial de trabalho na Bahia” – reflete o ideal da emancipação da população baiana que vive em situação de pobreza.

O programa está inserido no eixo estruturante Inclusão Social e Afirmação de Direitos, na área temática Inclusão Produtiva, e está estruturado em 23 compromissos, ligados à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação e Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (Seagri), à Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes), à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir), à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e à Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM); 113 entregas e 92 ações orçamentárias. Estão previstos recursos para os quatro anos do PPA 2012-2015 na ordem de 978 milhões de reais.

No que tange à pesquisa quantitativa, foram convocados 49 representantes do Programa, sendo que, destes, 37 responderam ao questionário, resultando em um aproveitamento da amostra de aproximadamente 76%. No grupo focal estavam presentes dez representantes dos diversos órgãos que participam da execução do Programa. Na investigação dos respondentes quanto ao Cargo que ocupavam, verifica-se que dez exerciam o cargo de coordenador; nove respondentes assumiam o cargo de assessor, e seis eram técnicos. Além de quatro coordenadores técnicos, havia dois diretores, dois subcoordenadores e dois respondentes que assinalaram “Outro Cargo”. Responderam ao questionário também um chefe de gabinete e um gerente. No que diz respeito ao vínculo com o órgão dos 37 respondentes, 27 integravam a categoria Temporário (Comissionado, Função Gratificada, REDA) enquanto dez faziam parte do quadro efetivo (estatutário, CLT).

## 4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INICIAL E DO MONITORAMENTO

Os principais resultados da construção de proposta de Matriz de Marco Lógico e Pesquisa de Campo foram agrupados e sintetizados em PONTOS FORTES e PONTOS FRACOS do Programa e estão apresentados a seguir:

# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

Quadro 1 – Síntese dos Resultados da Pesquisa

## CONCEPÇÃO

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>1 – O processo de formulação envolve insumos diversos: demandas sociais e estudos setoriais. Uma fonte de referência relevante foi a Política do Governo Federal de Inclusão Produtiva (Programa Brasil Sem Miséria). Este Programa também reúne as ações de política já em andamento no Governo do Estado da Bahia nas áreas de qualificação/intermediação, assistência técnica, custeio/oferta de crédito, compra de equipamentos/insumos, enfim, de fomento da atividade produtiva/comercialização de produtos nos meios urbano e rural.</p> <p>2 – Entendimento comum da orientação do Programa para uma abordagem de longo prazo de promoção de empreendimentos e atividades produtivas contribuindo para a geração de trabalho digno e renda para a população baiana e, portanto, melhoria da sua qualidade de vida.</p> <p>3 – Conhecimento dos resultados esperados e a sua expressão em termos de metas. Entretanto, os participantes apresentaram preocupação quanto aos processos pelos quais os resultados serão alcançados, o monitoramento destes resultados a partir dos indicadores disponíveis, bem como sua capacidade de mensurar o impacto da política pública na qualidade de vida da população baiana.</p> <p>4 – Existência de alinhamento entre ementa, enfoques estratégicos, compromissos e entregas do Programa, o que denota encadeamento lógico desta proposta de política pública.</p> <p>5 – O desdobramento do escopo do Programa em ações e entregas de forma satisfatória, de modo a permitir o alcance do seu objetivo geral.</p>	<p>1 – Ausência de consideração dos Pressupostos ou circunstâncias que se considera como antecedentes e necessárias ao funcionamento do Programa.</p> <p>2 – Carência de informações para a verificação da lógica horizontal do Programa: insuficiência nas informações pertinentes aos indicadores e ausência de meios de verificação.</p> <p>3 – Os indicadores são inconsistentes com o que se pretende apontar, insuficientes e, em muitos casos, não são apresentados os meios de verificação. Expressam, em sua maioria, processos ou produtos e não efeitos ou resultados específicos do Programa.</p> <p>4 – Carência de informações para a verificação da lógica vertical do Programa e coerência e encadeamento lógico entre seus elementos: insuficiência nas informações referentes à estrutura atual de execução do programa.</p> <p>5 – Embora a origem do Programa seja atribuída a estudos setoriais, estes não foram feitos especificamente para a caracterização da situação-problema e elaboração do projeto de intervenção. Quanto à incorporação das demandas sociais advindas do processo de escuta social – Plano Plurianual Participativo (PPA-P), sociedade organizada –, os critérios utilizados para a sua consolidação e uso na concepção do Programa não foram identificados.</p> <p>6 – Na concepção do Programa não foram identificados os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações de política pública. Desta forma, percebe-se que, na concepção do Programa, não obstante haja uma segmentação entre as áreas urbana e rural, o estabelecimento das prioridades por território de identidade não precede a formulação/concepção do Programa.</p>

## PLANEJAMENTO

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>1 – Utilização de ferramenta de planejamento, mais especificamente Marco Lógico, através de consultoria realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), à época da concepção do Programa, garantindo critérios mínimos de consistência e coerência na fase de concepção/planejamento desta ação de política pública.</p> <p>2 – Para os Órgãos/Entidades responsáveis pelo Programa e que possuíam estratégia formalizada em documento específico (Planejamento Estratégico) existe aderência das ações do Programa ao plano, o que, certamente, favorece a atuação do Programa.</p> <p>3 – Entendimento dos critérios usados para a alocação dos recursos financeiros necessários ao Programa.</p>	<p>1 – Embora existam mecanismos de identificação e mapeamento dos riscos que envolvem o Programa PPA 2012-2015 – Avaliação de Probabilidade e Impacto de Riscos –, não foram elaborados indicadores de monitoramento, ou mesmo plano de gerenciamento ou plano de ação para mitigação do risco.</p> <p>2 – Recursos necessários à resolução da situação-problema insuficientes, principalmente no que tange à estrutura de pessoal (lacunas de número e formação das equipes de trabalho) e capacidade operacional (infraestrutura).</p> <p>3 – Insegurança quanto ao prazo e à capacidade operacional dos Órgãos/Entidades executores para cumprimento das metas estabelecidas no Programa. A dificuldade de atendimento das metas relaciona-se a: transversalidade – dificuldade de integração das ações entre os diferentes Órgãos/Entidades responsáveis pela execução da política pública; foco – escopo demasiadamente amplo, o que traz dificuldades de identificação dos limites de atuação do Programa; gestão da política – baixo comprometimento dos órgãos executores, falta de priorização das ações do</p>



# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

Programa, além das dificuldades impostas pela burocracia estatal; equipe técnica – lacunas de número e de capacidades; recursos financeiros - necessidade de complementação dos recursos financeiros (captação interna e externa).

4 – Capacidade limitada de resposta de alguns Órgãos/Entidades ante os desafios colocados para a execução das ações relacionadas aos compromissos sob sua responsabilidade. As equipes de trabalho não estão estruturadas para atender às demandas, e a infraestrutura e os recursos tecnológicos existentes estão obsoletos.

5 – Superposição de atividades relativas ao Programa e conflito de competências institucionais.

6 – Comunicação intragovernamental ineficaz. Não é percebido um fluxo contínuo de informações entre os atores relevantes do Programa, o que poderá prejudicar sobremaneira o alcance dos resultados pretendidos. Quanto à existência de mecanismos formais de comunicação, estes não foram explicitados.

7 – Desvios de função e lacunas de capacidades das equipes de trabalho.

## GESTÃO/EXECUÇÃO

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>1 – Alinhamento entre o Programa publicado no PPA e o efetivamente executado.</p> <p>2 – Existência de complementaridade e interdependência entre os compromissos na implementação do Programa.</p> <p>3 – Gestão do Programa realizada a partir de três comitês, a saber: comitê gestor, comitê executivo rural e comitê executivo urbano. O comitê gestor tem por finalidade aprovar o planejamento do Programa, e aos comitês executivos rural e urbano cabe a implementação e operacionalização do Programa (Decreto Estadual nº 13.167, de 11 de agosto de 2011). A Casa Civil é responsável pela articulação, integração, acompanhamento e controle das atividades relacionadas a cada um dos compromissos do Programa. No que pese a existência de um modelo de gestão integrado, é reconhecida a baixa eficácia do arranjo institucional existente (comitê gestor) para a tomada de decisão, comprometendo a proposição de ações para a melhoria da execução.</p> <p>4 – Utilização de mecanismo para tornar públicas as informações sobre a execução e resultados do Programa. Os mecanismos mais utilizados são principalmente: website oficial, Diário Oficial, participação em eventos e publicações da Casa Civil.</p>	<p>1 – Em relação aos indicadores do PPA, estes são considerados insuficientes, com foco limitado a algumas ações do Programa. Foi exposta a necessidade de indicadores que representassem o desempenho do Programa, bem como registros de dados mais detalhados.</p> <p>2 – Os compromissos C11, C20 e C30 não tiveram execução no ano de 2012.</p> <p>3 – As Fontes: 15 – Proconfins e 24 – Operações de Crédito Externas/Moeda – BIRD não registraram execução financeira em 2012.</p> <p>4 – As Fontes 21 - Operações de Crédito Internas/Moeda (29,7%), 31 - Transferência Voluntária Federal/Direta (22,7%) e 56 - Recursos de Alienação de Bens – Administração Indireta (24,1%), registraram execução financeira abaixo de 30%.</p>

FONTE: Informações da Pesquisa

## 5. PROPOSTAS DE MELHORIAS

Baseadas nas fragilidades apontadas pela MML e pela pesquisa de campo, foram relacionadas propostas de melhoria para o Programa 116 – Vida Melhor, conforme apresentado a seguir:

# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

Quadro 2 – Propostas de Melhoria

CONCEPÇÃO	PLANEJAMENTO	GESTÃO/EXECUÇÃO
1- Implantar prática de realização de Estudos Diagnósticos sobre as áreas de atuação dos Órgãos/Entidades responsáveis pelo Programa. Esta ação é fundamental para melhor definição do escopo das ações de política pública, de maneira que os limites de atuação do Programa coincidam com seu objetivo e estratégia de atuação.	1- Incorporar à MML o enunciado dos Pressupostos e respectivos Indicadores.	1- Capacitar as equipes responsáveis pela Comunicação das Informações sobre a execução e os resultados do Programa.
2- Estabelecer métricas para aferição de resultados do Programa. Reelaborar os Indicadores do PPA de modo a obter mais fidedignidade aos resultados pretendidos pelo Programa Vida Melhor Urbano.	2- Oferecer capacitação para a utilização generalizada das Ferramentas de Análise de Risco.	2- Formar grupo para identificar, analisar e propor soluções para as situações de superposição de atividades e conflito de competências institucionais relativas ao Programa. O foco: minimizar as ações duplicadas, economizar e potencializar recursos (financeiros, humanos, materiais e tecnológicos).
3- Constituir grupo de trabalho para levantar critérios para a elaboração de proposta para a Territorialização das Metas, identificando os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações da política pública. Com base nesses resultados, explicitar as prioridades segundo os territórios de identidade.	3- Realizar o mapeamento e a Análise dos Riscos das metas seguindo os seguintes passos: aquisição de instrumentos de análise de riscos, elaboração de indicadores de monitoramento e plano de ação para mitigação do risco.	3- Elaborar proposta de Publicização Qualificada e específica das ações do Programa para a sociedade, o governo e outros atores importantes.
	4- Implantar ou fortalecer metodologias de Gestão por Competências das Equipes de Trabalho.	4- Constituir espaço específico para discussão e apresentação de propostas de solução para os desafios da Comunicação Intragovernamental.
	5- Capacitar as equipes responsáveis pela Execução do Programa.	5- Implantar os instrumentos de M&A do Programa
		6- Incorporar ao Programa do PPA as alterações na estrutura sugeridas pelos Executores do Programa.

FONTE: Informações da Pesquisa

## 6. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

### 6.1 Resultados gerais

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012 o orçamento para o Programa 116 – Vida Melhor – Oportunidade para Quem Mais Precisa, foi aprovado com o valor inicial de R\$ 146,7 milhões. Ao final de 2012<sup>2</sup>, após Propostas de Modificações Orçamentárias (PMOs), a dotação do programa alcançou o valor de R\$ 307,8 milhões. Este montante equivale a um incremento de aproximadamente 109,8% do orçamento previsto, sinalizando um desvio do planejamento inicial e da programação da despesa do Programa para o período.

Do total orçado para o Programa em 2012, R\$ 214,7 milhões foram efetivamente pagos, resultando

# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

em uma execução financeira de 69,7%, enquanto que R\$ 234,4 milhões foram liquidados no período<sup>3</sup>. Estes números nos permitem visualizar a capacidade de execução dos recursos financeiros dos órgãos responsáveis pelo orçamento do programa.

O Programa contou, em 2012, com 14 Fontes de recursos, das quais apenas cinco concentraram 80,3% do montante, a saber: Fonte 28 (Recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza), com orçado inicial de R\$ 79,9 milhões, passando a R\$ 120,6 milhões no final do exercício, registrando um incremento de 50,9%; Fonte 61 (Transferência Voluntária Federal/Indireta), sem recursos previstos inicialmente, chegou ao final do exercício com orçamento de R\$ 41,4 milhões; Fonte 25 (Operações de Crédito Externas/Moeda), com orçado inicial de R\$ 27,8 milhões, chegando a R\$ 31,7 milhões após incremento de 14,2%; Fonte 00 (Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro), com orçado inicial e final de R\$ 25,1 milhões e R\$ 27,7 milhões, respectivamente, sendo acrescida em 10,6%; e, finalmente, a Fonte 24 (Operação de Crédito Externas em Moeda – BIRD), sem dotação inicial de recursos, alcançando R\$ 25,6 milhões.

No que tange a execução financeira do Programa segundo as Fontes de recursos, os resultados serão descritos a seguir: para a Fonte 28 foi registrada execução financeira de 89,8% em relação ao pago (R\$ 108,1 milhões), enquanto que R\$ 113,7 milhões foram liquidados no período; para a Fonte 61, foram pagos R\$ 30,1 milhões, registrando 72,7% de execução financeira, enquanto que R\$ 31,8 milhões foram liquidados; para a Fonte 25, registrou-se uma execução financeira de 92,3%, sendo liquidados e pagos R\$ 29,3 milhões; para a Fonte 00, a execução em relação ao pago foi de 64,9% (R\$ 18,0 milhões), enquanto foram liquidados R\$ 25,4 milhões; por fim, para a Fonte 24 não foi registrada execução financeira no período.

## 6.2 Resultados do Programa por Compromisso

O Programa 116 – Vida Melhor – Oportunidade para Quem Mais Precisa é formado por 23 compromissos orçados em 2012, sendo: 15 de responsabilidade da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), com orçamento de R\$ 107,4 milhões, dois da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), com orçamento de R\$ 8,4 milhões, dois da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), com orçamento de R\$ 22,2 milhões, dois da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), com orçamento de R\$ 1,5 milhão, um da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (SEDIR), com orçamento de R\$ 168,3 milhões e um da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), com orçamento de R\$ 30,0 mil ao final de 2012.

Dos 23 compromissos que o Programa contempla, cinco absorveram, em 2012, R\$ 259,1 milhões. Este montante equivale a 84,2% dos recursos orçamentários, sendo estes apresentados abaixo.

**C19 - Incluir produtivamente populações pobres do Estado, com investimentos na infraestrutura social e produtiva e fomento a empreendimentos populares - SEDIR.** O Compromisso foi orçado inicialmente em R\$ 54,3 milhões. Após PMOs, apresentou um incremento de 209,7%, passando a R\$ 168,3 milhões ao final do exercício. Quanto à execução financeira, esta foi de 86,3% em relação ao pago (R\$ 145,1 milhões), enquanto que foram liquidados R\$ 156,2 milhões. Percentualmente, a execução financeira do Compromisso ficou acima da execução do Programa. As Fontes que contribuíram para a execução financeira do Compromisso foram: Fonte 00, Fonte 01 (Contrapartida), Fonte 21 (Operações de Crédito Internas/Moeda), Fonte 25, Fonte 28, Fonte 35 (Restituição de Recursos Oriundos de Operação de Crédito), Fonte 40 (Recursos

# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

Arrecadados Diretamente por Órgãos da Administração Indireta), Fonte 61 (Transferência Voluntária Federal/Indireta) e Fonte 66 (Transferências de Órgãos e Fundos Internacionais – Administração Indireta). As Fontes 00, 01, 25, 28 e 66 sofreram incremento orçamentário de 422,1%, 2.745,3%, 14,2%, 152,5%, 12,3% respectivamente, as demais não tiveram orçamento inicial.

**C4 - Assegurar Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater qualificada aos agricultores familiares - SEAGRI.** O Compromisso contou com recursos iniciais de R\$ 26,6 milhões, passando para R\$ 37,6, o que representou um incremento de R\$ 11,1 milhões, ou 41,8%. O C4 pagou R\$ 21,4 milhões, atingindo uma execução financeira de 56,9% em relação ao pago, enquanto que foram liquidados R\$ 22,6 milhões. As Fontes responsáveis pela execução do Compromisso foram: a Fonte 00 e a Fonte 28, com redução orçamentária de 29,2% e 21,8% respectivamente; a Fonte 40 e a Fonte 56 (Alienação de Bens/Indireta), que mantiveram o mesmo patamar de recursos no período e a Fonte 24, a Fonte 31 e a Fonte 61, que não tiveram orçamento inicial.

**C31 - Contribuir para a geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida da população mediante apoio a empreendimentos de economia popular e solidária - SETRE.** O Compromisso contou com recursos iniciais de R\$ 15,4 milhões, após PMOs registrou incremento de R\$ 6,8 milhões (44,1%), passando a R\$ 22,2 milhões. No que tange a execução financeira, esta foi de 24,2%, sendo pagos R\$ 5,3 milhões, enquanto que foram liquidados R\$ 6,3 milhões ao longo do exercício. Destaca-se, a execução do Compromisso ficou abaixo da execução do Programa. O C31 contou com recursos de quatro Fontes, quais sejam: a Fonte 00, cujos recursos foram reduzidos em 32,6%, a Fonte 15 (Proconfis), a Fonte 24, com orçamento inicial nulo e a Fonte 28, que registrou acréscimo orçamentário de 23,9%.

**C5 - Disponibilizar sementes e mudas de boa qualidade para os agricultores familiares - SEAGRI.** Com orçamento inicial de R\$ 6,0 milhões o Compromisso 5 teve seus recursos majorados em 201,6%, passando a R\$ 18,1 milhões ao final do exercício. O Compromisso pagou R\$ 16,7 milhões, atingindo uma execução financeira de 92,3%, ficando acima da média de execução do Programa, enquanto que foram liquidados R\$ 17,4 milhões. Os recursos do Compromisso ficaram a cargo das seguintes Fontes: Fonte 00, que registrou um acréscimo orçamentário de 97%, Fonte 01, que apresentou seu orçamento inicial nulo e Fonte 28, cujo orçamento foi incrementado em 216,8%.

**C6 - Assegurar agricultores no programa Garantia Safra para garantir indenizações em caso de perda da lavoura - SEAGRI.** O Compromisso registrou orçamento inicial de R\$ 4,4 milhões. Ao final do exercício, após PMOs, passou a R\$ 12,9 milhões, representando um incremento de 193,2%. Com relação à execução financeira, esta foi de 64,0%, onde foram pagos e liquidados R\$ 8,2 milhões. O Compromisso foi contemplado por duas Fontes: Fonte 24, que apresentou orçamento inicial nulo e a Fonte 28, que recebeu incremento orçamentário de 88,3%.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa 116 – Vida Melhor: Oportunidade para Quem Precisa originou-se de um processo de formulação que envolve insumos diversos: demandas sociais, estudos diagnósticos, proposta de Política do Governo Federal de Inclusão Produtiva (Programa Brasil Sem Miséria) e articulação de ações de política já em

# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

andamento no Governo do Estado da Bahia.

Apesar das fragilidades verificadas durante a formulação do PPA, especialmente aquelas relacionadas com a adoção de uma nova metodologia para seu planejamento, os participantes da pesquisa informaram haver aspectos positivos originados do novo processo. São eles: utilização de ferramenta de planejamento para a elaboração do Programa, entendimento comum da orientação do Programa; conhecimento dos resultados esperados; desdobramento do escopo do Programa em ações e entregas de modo a permitir o alcance do seu objetivo geral; clareza quanto aos critérios usados para a alocação dos recursos financeiros necessários ao Programa; identificação dos papéis e responsabilidades das unidades executoras do Programa.

Entretanto, a existência de diversas ações no Programa, de naturezas diferentes e muitas vezes superpostas, merece uma análise mais detalhada. Embora a origem do Programa seja atribuída a estudos setoriais, estes não foram feitos especificamente para a caracterização da situação-problema e a elaboração do projeto de intervenção; na concepção do Programa não foram identificados os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações de política pública. Não foram previstos a identificação e o mapeamento dos riscos. Destaca-se ainda a insegurança quanto ao prazo e aos recursos (físicos e de pessoal) para o cumprimento das metas estabelecidas no Programa.

Neste contexto, esta Avaliação Inicial tem por objetivo identificar os problemas relacionados com a concepção, o planejamento e a gestão do Programa e a construção de uma linha de base para as próximas avaliações, bem como contribuir, neste momento, para o seu aperfeiçoamento. Este instrumento também aponta elementos importantes que podem influenciar no desempenho dos Programas e que, portanto, devem ser observados pelo monitoramento em curso no âmbito da SGA.

Por fim, esta Avaliação Inicial propõe uma série de medidas para o aperfeiçoamento do Programa, conforme apresentado no Plano de Melhoria. Destacam-se: incorporar à MML o enunciado dos pressupostos e respectivos indicadores; implantar prática de realização de estudos diagnósticos sobre as áreas de atuação dos Órgãos/Entidades responsáveis pelo Programa; levantar critérios para a elaboração de proposta para territorialização das metas, identificando os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações da política pública; realizar o mapeamento e a análise dos riscos das metas; elaborar métricas para aferição de resultados do Programa; novos indicadores para obter mais fidedignidade aos resultados pretendidos; identificar, analisar e propor soluções para as situações de superposição de atividades e conflito de competências institucionais relativas ao Programa, e capacitar as equipes responsáveis pela execução do Programa.

Ainda com o objetivo de aperfeiçoar o desempenho do Programa, os sistemas de Monitoramento deverão atentar para as seguintes recomendações:

1. Apresentar os Pressupostos da MML, ou circunstâncias que se considera como antecedentes e necessárias ao perfeito funcionamento do Programa, para a elaboração de um plano de resposta aos riscos;
2. Avaliar e corrigir as fragilidades constatadas na construção das metas do Programa;
3. Constituir grupo de trabalho para levantar critérios para elaboração de proposta para Territorialização das Metas, identificando os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações da política pública. Com base nesses resultados explicitar as prioridades segundo os Territórios de Identidade.

# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

Adicionalmente, com vistas a dar continuidade as próximas etapas do Processo de Monitoramento, os elementos que comporão o Plano de Monitoramento do ano de 2013 são aqueles constantes na estrutura proposta pelo PPA 2012-2015: metas, entregas e indicadores.

As metas serão obrigatoriamente monitoradas, em respeito a legislação vigente (Lei nº12.504 de 29 de dezembro de 2011, art. 11). No entanto, a priorização das metas será definida segundo: 1) grau de importância para resolução do problema a que o Programa se propõe a resolver; 2) impacto na execução do Programa; 3) viabilidade da coleta de dados, 4) ser oriunda da escuta social, 5) ter recursos alocados no exercício vigente, e 6) volume de recursos alocados.

Os indicadores, diferentemente das metas, tem sua escolha enquanto elemento a ser monitorado em caráter facultativo. Devem ser utilizados quando for conveniente para as análises e conclusões sobre o programa. Podem ser os indicadores do Programa, clássicos ou ainda construídos, desde que respeitem os princípios de: 1) viabilidade: dados disponíveis com fonte confiável, 2) clareza e objetividade, e 3) apuração com periodicidade garantida e ou consolidada.

As entregas, assim como os indicadores, poderão ser selecionadas como elemento a ser monitorado de forma complementar. Deve-se lançar mão do seu uso quando a meta por si só não for capaz de fornecer dados que permitam uma análise conclusiva para o processo decisório. Desta forma, será necessário estabelecer previsões quantitativas anuais para que seja possível o seu monitoramento, visto que seus quantitativos não são expostos no PPA. Sua seleção deve levar em conta as seguintes fatores: 1) impacto na consecução do compromisso a que esta atrelada, 2) montante de recursos vinculados nas ações orçamentárias, e 3) viabilidade: dados disponíveis com fonte confiável.

# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

## 8. REFERÊNCIAS

SEPLAN, 2013. Relatório de Avaliação Inicial Programa 116 – Vida Melhor, Superintendência de Gestão e Avaliação - Diretoria de Avaliação. Março, 2013.

**GOVERNADOR**  
Jaques Wagner

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO**  
José Sergio Gabrielli de Azevedo

**CHEFIA DE GABINETE**  
Clóvis Caribé Menezes dos Santos

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO  
E AVALIAÇÃO**  
Maria Lúcia Cunha de Carvalho

**DIRETORIA DE AVALIAÇÃO**  
Carmen Lúcia Castro Lima (até fev. de 2013)  
Thaiz Braga

**DIRETORIA DE MONITORAMENTO**  
Maria Aparecida Fortes de Almeida  
Presídio

**COORDENAÇÃO DE ARTICULAÇÃO**  
Jamille Lima

**COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA  
INFORMAÇÃO**  
Roberto Costa

**COORDENAÇÃO DE SISTEMATIZAÇÃO  
DA INFORMAÇÃO**  
Vanduy Cordeiro dos Santos (até fev. de 2013)

**COORDENAÇÃO DE PESQUISA E  
AVALIAÇÃO**  
Thaiz Braga (até fev. de 2013)  
Rodrigo Cerqueira

**ELABORAÇÃO TÉCNICA**  
Thaiz Braga  
Marina Rapp  
Silvana Salomão

**PESQUISA DE CAMPO E COLETA DE  
DADOS**  
Rodrigo Cerqueira  
Vanduy Cordeiro dos Santos  
Fábia Alves  
Alacir Dantas

**CONSULTORIA**  
PLANUS Estratégia e Gestão

**EDITORAÇÃO**  
Egla Costa  
Manoel Ribeiro

<sup>1</sup> A construção de uma hipótese para a MML tem por finalidade dispor as informações do Programa de forma que seja possível a análise dos indicadores propostos; a identificação da existência de fontes de verificação; e a verificação das condições externas que influenciam o alcance dos objetivos propostos. Esta é a Lógica Horizontal da MML. A identificação dos objetivos do Programa e verificação da sequência lógica das propostas apresentadas para a consecução destes objetivos constitui a Lógica Vertical.

<sup>2</sup> Segundo dados extraídos do Sistema Informatizado de Planejamento (Siplan) em 14/03/2013.

<sup>3</sup> Os Restos a Pagar do exercício de 2011 estão incluídos nos montantes de recursos tanto Liquidados quanto Pagos em 2012, de modo que os valores não guardam necessariamente uma equivalência com os componentes de ações efetivamente executados no exercício.

# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

## APÊNDICE

PROGRAMA 116 - VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA - INFORMAÇÕES ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

Compromisso / Código - Fonte de Recurso	Orçado Inicial (A)	Orçado Atual (B)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Orçado Atual Total (B/F)	Movimentação Orçamentaria (B-A)	Empenhado (C)	Execução Financeira do Orçamento Atual (C/B)	Liquido (D)	Execução Financeira do Liquidado Atual (D/B)	Pago (E)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Pago Total (E/G)	Execução Financeira do Orçamento Atual / Pago / Orçado Atual (E/B)	R\$ 1,00	
												(%) Execução Financeira do Liquidado Atual (D/B)	(%) Execução Financeira do Orçamento Atual / Pago / Orçado Atual (E/B)
C1 - SEAGRI - Prestar assistência técnica e ensinado com qualidade a pescadores e agricultores a fim de garantir uma melhoria na vida	500.000	5.974.242	1,9	5.174.242	5.928.627	99,2	5.803.835	97,1	5.783.638	2,7	96,3		
00 - ORDINARIO	100.000	1.370.267	0,4	1.220.267	1.355.278	98,9	1.230.864	99,8	1.210.668	0,6	98,4		
28 - FUNCEP	700.000	4.229.975	1,4	3.549.975	4.199.349	99,3	4.198.970	99,3	4.198.970	2,0	99,3		
60 - FIES	0	374.000	0,1	374.000	374.000	100,0	374.000	100,0	374.000	0,2	100,0		
C2 - SEAGRI - Apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura no Estado com aproveitamento do potencial hídrico existente, promovendo o incremento da produção de pescados e a geração de emprego e renda para as comunidades ribeirinhas	4.525.000	6.710.769	2,1	2.185.769	1.793.264	19,3	1.266.520	18,9	1.210.887	0,6	18,0		
00 - ORDINARIO	601.000	3.655.294	0,1	-235.706	334.342	91,5	314.406	86,1	235.005	0,1	69,8		
01 - CONTRAPARTIDA	0	9.541.150	0,3	9.541.150	39.527	0,0	39.527	0,0	39.527	0,0	0,0		
28 - FUNCEP	3.120.000	7.543.375	0,2	-2.365.625	672.967	0,0	672.534	0,0	672.534	0,3	0,0		
40 - RDA/INDIRETA	304.000	804.000	0,3	0	246.429	0,0	240.051	0,0	243.821	0,1	0,0		
61 - TRANSF VOLUNTARIA	0	3.832.950	1,2	3.832.950	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0		
C3 - SEAGRI - Promover o desenvolvimento sustentável da pesca no Estado, com o incremento da produção de pescados e garantindo renda e emprego às comunidades pesqueiras com qualidade e segurança	2.221.000	4.369.614	1,4	2.148.614	4.133.468	94,6	4.069.220	93,1	2.715.642	1,3	62,1		
00 - ORDINARIO	941.000,00	1.826.423,00	0,6	885.423	1.803.860,90	98,8	1.803.583,70	98,7	982.985,69	0,5	53,8		
01 - CONTRAPARTIDA	0,00	105.576,00	0,0	105.576	80.362,40	76,1	80.362,40	76,1	80.362,40	0,0	76,1		
28 - FUNCEP	1.280.000	1.732.400,00	0,6	429.400	1.635.138,52	94,4	1.571.167,99	90,7	1.233.188,29	0,6	71,2		
61 - TRANSF VOLUNTARIA	0,00	705.215,00	0,2	705.215	614.105,94	87,1	614.105,94	87,1	419.105,94	0,2	59,4		
C4 - SEAGRI - Assegurar Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater qualificada aos agricultores familiares	26.559.000	37.647.802	12,2	11.088.802	23.029.138	61,2	22.584.940	60,0	21.436.070	10,0	56,9		
00 - ORDINARIO	7.339.000	5.213.316	1,7	-2.145.684	3.077.363	97,4	3.038.697	97,0	4.024.278	1,9	77,2		
24 - OCE MOEDA - BIRD	0	4.600.000	1,5	+4.600.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0		
28 - FUNCEP	16.700.000	13.053.391	4,2	-3.644.609	12.409.164	95,1	11.985.721	91,8	11.915.792	3,6	91,3		
31 - TRANSF VOLUNTARIA	0	8.279.095	2,7	8.279.095	2.265.362	27,4	2.264.603	27,4	2.232.406	1,0	27,2		
FED/INDIRETA	2.400.000	0,8	0	1.904.417	79,4	1.903.969	79,3	1.871.644	0,9	78,0			
56 - ALAVENCAO	100.000	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0	0,0	0,0		
BENS/INDIRETA	0	4.000.000	1,3	4.000.000	1.372.830	34,3	1.371.950	34,3	1.371.950	0,6	34,3		
61 - TRANSF VOLUNTARIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,0		
FED/INDIRETA													



MONITORAMENTO  
E AVALIAÇÃO  
DE PROGRAMAS  
DE GOVERNO

SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO



# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

## PROGRAMA 116 - VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA - INFORMAÇÕES ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

Compromisso / Código - Fonte de Recurso	Orçado Inicial (A)	Orçado Anual (B)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Orçado Anual Total (B/F)	Movimentação Orçamentária (B-A)	Empenhado (C)	Execução Financeira do Empenhado / Orçado Anual (CB)	Liquido (D)	Execução Financeira do Liquidado / Orçado Anual (DE)	Pago (E)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Pago Total (EG)	Participação (%) da Execução Financeira do Liquidado / Orçado Anual (EB)
C5 - SEAGRI - Disponibilizar sementes e mudas de boa qualidade para os agricultores familiares	5.996.000	18.082.137	5,9	12.086.137	17.403.111	96,2	17.403.111	96,2	16.636.222	7,8	92,3
00 - ORDINARIO	300.000	1.576.036	0,5	776.036	1.575.926	100,0	1.575.926	100,0	1.236.037	0,6	78,4
01 - CONTRAPARTIDA	0	43.334	0,0	43.334	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
28 - FUNCEP	5.196.000	16.462.765	1,3	11.266.765	15.827.185	96,1	15.827.185	96,1	15.450.185	7,2	93,8
C6 - SEAGRI - Assegurar agricultores no programa Garantia Safra para garantir indenizações em caso de perda da Lavoura	4.386.000	12.861.000	4,2	8.475.000	8.230.538	64,0	8.230.538	64,0	8.130.538	3,8	64,0
24 - OCTEMOEDA - BIRD	0	4.600.000	1,5	4.600.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
28 - FUNCEP	4.386.000	8.261.000	2,7	3.875.000	8.230.538	99,6	8.230.538	99,6	8.130.538	3,8	99,6
C7 - SEAGRI - Fomentar a implantação de projetos produtivos para inserção de jovens do campo, de 16 a 29 anos, povos tradicionais e mulheres, visando a geração de renda	660.000	273.000	0,1	-387.000	64.000	23,4	64.000	23,4	64.000	0,0	23,4
28 - FUNCEP	660.000	273.000	0,1	-387.000	64.000	23,4	64.000	23,4	64.000	0	23,4
C8 - SEAGRI - Aumentar a produção e a produtividade da agricultura familiar, com investimento nas principais cadeias produtivas	5.810.000	10.491.729	3,4	4.677.719	3.217.306	30,7	3.067.154	29,2	2.644.879	1,2	25,2
00 - ORDINARIO	965.000	616.180	0,2	-346.820	598.122	96,3	598.122	96,3	310.747	0,1	50,3
01 - CONTRAPARTIDA	0	394.167	0,1	394.167	50.650	12,8	50.650	12,8	30.650	0,0	12,8
24 - OCTEMOEDA - BIRD	0	4.600.000	1,5	4.600.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
28 - FUNCEP	4.655.000	2.304.125	0,7	-2.350.875	2.176.902	94,5	2.026.650	88,0	1.908.150	0,9	82,8
31 - TRANSF VOLUNTARIA FED./DIRETA	0	2.375.257	0,8	2.375.257	3.64.334	11,3	3.64.334	11,3	3.64.334	0,2	11,3
40 - RD/INDIRETA	200.000	200.000	0,1	0	27.598	13,7	27.398	13,7	10.996	0,0	5,5
C9 - SEAGRI - Fomentar a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar em todos os territórios da Bahia	1.586.000	5.377.300	1,7	3.791.300	683.491	12,7	667.863	12,4	648.675	0,3	12,1
00 - ORDINARIO	1.006.000	520.300	0,2	-485.700	472.384	90,3	456.756	87,8	437.568	0,2	94,1
24 - OCTEMOEDA - BIRD	0	4.600.000	1,5	4.600.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
28 - FUNCEP	380.000	257.000	0,1	-323.000	211.107	82,1	211.107	82,1	211.107	0,1	82,1

# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

PROGRAMA 116 - VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA - INFORMAÇÕES ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA										RS 1.000	
Compromisso / Código - Fonte de Recurso	Orgão Inicial (A)	Orgão Anual (B)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Orçado Anual Total (B/F)	Movimentação Orçamentária (B-A)	Empenhado (C)	Financeira / Empenhado / Orçado Anual (C/B)	Liquidado (D)	Financeira do Liquidado / Orçado Anual (D/B)	Execução (%) Execução Financeira do Liquidado / Orçado Anual (D/E)	Pago (E)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Pago / Orçado Anual (E/B)
C10 - SEAGRI - Fomentar a verticalização da produção com vistas a agregar valor ao produto final de empreendimentos familiares da agricultura	2.514.000	1.493.148	0,5	-1.020.852	200.703	13,4	66.351	4,4	66.351	0,0	4,4
00 - ORDINARIO											
01 - CONTRAPARTIDA	1.811.000	151.500	0,0	-1.639.500	148.754	98,2	14.402	9,5	14.402	0,0	9,5
28 - FUNCEP	0	231.996	0,1	231.996	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
31 - TRANSF VOLUNTARIA	703.000	0	0,0	-703.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
FED.INDIRETA											
C11 - SEAGRI - Fomentar o desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural com a inclusão de grupos produtivos, de base comunitária, visando a ampliação de renda para as famílias rurais	1.109.652	0,4	1.109.652	51.949	4,7	51.949	4,7	51.949	0,0	4,7	
00 - ORDINARIO	101.000	0	0,0	-101.000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
C12 - SEAGRI - Implementar formação técnica-pedagógica de forma permanente e contínua para o setor agropecuário, desenvolvendo competências gerenciais, profissionais, sociais e humanas	1.551.000	1.150.000	0,4	-401.000	126.684	11,0	126.684	11,0	126.684	0,0	6,8
00 - ORDINARIO	401.000	0	0,0	-401.000	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
40 - RDA.INDIRETA	1.150.000	1.150.000	0,4	0	126.684	11,0	126.684	11,0	126.684	0,0	6,8
C13 - SEAGRI - Fortalecer a gestão da Política da Agricultura Familiar, por meio de modelo de gestão informatizado e de base consolidada de dados, disponibilizando consultas às informações através de tecnologias geoespaciais	551.000	381.000	0,1	-170.000	235.235	61,7	235.235	61,7	169.360	0,1	44,5
00 - ORDINARIO	401.000	231.000	0,1	-170.000	222.059	96,1	222.059	96,1	169.360	0,1	73,3
40 - RDA.INDIRETA	150.000	150.000	0,0	0	13.136	8,8	13.136	8,8	0	0,0	0,0
C14 - SEAGRI - Desenvolver ações de pesquisa agropecuária utilizando a rede de laboratórios do Estado para aumentar a rentabilidade da exploração agropecuária dos agricultores familiares	3.203.000	2.542.700	0,8	-660.300	1.538.995	60,5	1.536.745	60,4	1.538.336	0,7	60,5
00 - ORDINARIO	2.203.000	1.542.700	0,5	-660.300	1.538.995	99,8	1.536.745	99,6	1.538.336	0,7	99,7
40 - RDA.INDIRETA	1.000.000	1.000.000	0,3	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
C15 - SEAGRI - Divulgar políticas públicas voltadas para a agricultura familiar	230.000	80.922	0,0	-149.078	23.937	29,6	23.937	29,6	23.937	0,0	29,6
00 - ORDINARIO	180.000	30.922	0,0	-149.078	23.937	77,4	23.937	77,4	23.937	0,0	77,4
40 - RDA.INDIRETA	50.000	50.000	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
C16 - SEDSE - Promover a inclusão produtiva de famílias inscritas no Cadastro Único - CadÚnico nas maiores cidades do Estado e nas sedes dos Territórios de Identidade	8.148.000	8.380.000	2,7	232.000	5.596.905	66,8	5.438.246	64,9	1.561.399	0,7	18,6
00 - ORDINARIO	790.000	900.000	0,3	110.000	628.944	69,9	624.285	69,4	336.012	0,2	37,3
28 - FUNCEP	7.358.000	7.480.000	2,4	122.000	4.967.951	66,4	4.813.951	64,4	1.225.355	0,5	16,4

# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

PROGRAMA 116 - VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA - INFORMAÇÕES ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA							R\$ 1,00				
Componente / Código - Fonte de Recurso	Orcado Inicial (A)	Orcado Anual (B)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Orçado Anual Total (B/F)	Movimentação Orçamentaria (B-A)	Esperado (C)	(%) Execução Financeira do Encadado / Orçado Anual (C/B)	Liquidado (D)	(%) Execução Financeira do Liquidado / Orçado Anual (D/B)	Pago (E)	(%) Execução Financeira do valor do compromisso e fonte / Pago Total (E/G)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Pago / Orçado Anual (E/B)
C19 - SEDIR - Incluir produtivamente populações pobres do Estado, com investimentos na infraestrutura social e produtiva e fomento a empreendimentos populares	54.337.220	168.304.515	54,7	113.967.285	156.377.566	92,9	156.176.870	92,8	145.162.787	67,6	86,3
00 - ORDINARIO	2.001.000	10.448.183	3,4	8.447.183	9.644.023	92,3	9.633.390	92,2	6.628.906	3,1	63,4
01 - CONTRAPARTIDA	287.000	8.165.954	2,7	7.878.954	5.820.972	71,3	5.816.424	71,2	5.322.754	2,5	65,4
21 - OCIM/MOEDA	0	6.118.954	2,0	6.118.954	6.117.380	100,0	6.117.380	100,0	1.819.650	0,3	29,7
25 - OCIE/MOEDA	27.765.000	31.712.160	10,3	3.947.160	29.451.836	92,9	29.268.523	92,3	29.244.931	13,6	92,3
28 - FUNCEP	23.635.000	59.665.068	19,4	36.047.068	58.875.708	98,6	58.873.205	98,6	57.178.403	26,6	91,8
35 - RESTITUICAO REC OP	0	12.827.446	4,2	12.827.446	12.249.270	95,5	12.249.270	95,5	12.249.270	5,7	91,5
40 - FED/INDIRETA	0	5.711.469	1,9	5.711.469	3.642.632	63,8	3.642.632	63,8	3.642.632	1,7	63,8
61 - TRANSF VOLUNTARIA	0	32.909.738	10,7	32.909.738	29.852.064	90,7	29.852.064	90,7	28.322.249	13,2	86,1
FED/INDIRETA	646.220	725.463	0,2	79.243	723.982	99,8	723.982	99,8	723.982	0,3	99,8
INTERNAC/INDIRETA	00 - ORDINARIO	233.000	15.000	0,0	-218.000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
C20 - SICAM - Promover a melhoria dos micro e pequenos empreendimentos locais, por meio da criação e manutenção do agente de inclusão produtiva, facilitador das ações públicas e privadas para esse segmento	233.000	15.000	0,0	-218.000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
C21 - SETIRE - Ampliar a intermediação na prestação de serviços autônomos e aumentar o número de formalidades e contribuições da Previdência Social, para garantir um maior acesso ao mercado para essa categoria de trabalhadores, através da requalificação e expansão da rede de atendimento autônomo	900.000	4.793	0,0	-595.207	2.549	53,2	2.199	45,9	2.199	0,0	45,9
00 - ORDINARIO	900.000	4.793	0,0	-595.207	2.549	53,2	2.199	45,9	2.199	0,0	45,9
C22 - SICAM - Construir galpões industriais multifuncionais para fabricação e/ou comercialização da produção realizada por pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, para promover a geração de trabalho e renda	1.100.000	1.438.391	0,5	338.391	1.285.481	89,3	1.285.481	89,3	1.285.481	0,6	89,3
28 - FUNCEP	1.100.000	1.238.691	0,4	138.691	1.213.137	97,9	1.213.137	97,9	1.213.137	0,6	97,9
36 - ALTERACAO BEN/INDIRETA	0	200.000	0,1	200.000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
00 - ORDINARIO	15.000	30.000	0,0	-955.000	5.000	16,7	4.101	13,7	4.101	0,0	13,7
28 - FUNCEP	1.000.000	0	0,0	-1.000.000	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
C30 - SEDUR - Promover a sustentabilidade das comunidades, reforçando o protagonismo social e fomentando a geração de trabalho e renda a beneficiários de programas habitacionais de interesse social	4.920.000	30.000	0,0	-4.890.000	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28 - FUNCEP	4.920.000	30.000	0,0	-4.890.000	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

PROGRAMA 116 - VIDA MELHOR - OPORTUNIDADE PARA QUEM MAIS PRECISA - INFORMAÇÕES ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA							RS 1,00				
Compromisso / Código - Fonte de Recurso	Orçado Inicial (A)	Orçado Anual (B)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Orçado Anual Total (B/F)	Movimentação Orçamentaria (B-A)	Empenhado (C)	(%) Execução Financeira do Empenhado / Orçado Anual (C/B)	Liquidado (D)	(%) Execução Financeira do Liquidado / Orçado Anual (D/B)	Pagto (E)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Pago Total (E/C)	(%) Execução Financeira do Pago / Orçado Anual (E/B)
C31 - SEIRE - Contribuir para a geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida da população mediante apoio a empreendimentos de popular e solidária	15.388.000	22.167.931	7,2	6.779.931	7.315.647	33,0	6.317.133	28,5	5.367.391	2,5	24,2
00 - ORDENADO	4.246.000	2.853.355	0,9	-1.382.615	2.768.164	96,7	2.166.399	79,2	818.657	0,4	28,6
15 - PROCONFIS (Lei 11)	7.228.000	7.228.000	2,3	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
24 - OCE MOEDA - BIRD	0	7.228.000	2,3	7.228.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
28 - FUNCEP	3.914.000	4.848.546	1,6	934.546	4.547.483	93,8	4.048.734	83,5	4.548.734	2,1	93,8
<b>Informações Gerais do Programa 116</b>											
<b>TOTAL DE PROJETOS</b>	101.359.220	242.338.945	78,7	140.979.725	194.709.758	80,3	194.134.689	80,1	179.822.211	83,8	74,2
<b>TOTAL ATIVIDADE FINALÍSTICA</b>	45.385.000	65.467.543	21,3	20.022.548	41.982.487	64,1	40.235.772	61,5	34.838.226	16,2	13,2
<b>TOTAL DO PROGRAMA sem Empresas não Dependentes*</b>	146.744.210	307.806.493	100,0	161.062.273	236.692.245	76,9	234.370.461	76,1	214.680.477	100,0	69,7
<b>TOTAL DO PROGRAMA com Empresas não Dependentes*</b>	146.744.210	307.806.493	100,0	161.062.273	236.692.245	76,9	234.370.461	76,1	214.680.477	100,0	69,7

\* Os valores são considerados devido a não participação de "Empresas não Dependentes" neste programa.

Obs: Compromisso 26 - STEAZ - Disponibilizar linhas de financiamento visando a promoção da inclusão produtiva, de forma sustentável e digna, de pessoas em situação de pobreza e com potencial de trabalho no Estado - Este compromisso não configura uma tabela em função de que as unicas ações orçamentárias R\$19 e R\$32 mil foram programadas em 2012, sendo elas contempladas em 2013.